



O “Golpe dentro do Golpe” na imprensa? Posicionamento dos jornais na divulgação do AI-5¹

Allysson Viana MARTINS²

Resumo:

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, representou o endurecimento do golpe de 1964, vigorando até 1978. Este trabalho avalia, por meio do método indutivo, como a promulgação desse ato, com 12 artigos, foi divulgada nas publicações de 14 de dezembro de 1968 dos jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. As formas de divulgação do AI-5 antecipam os caminhos que cada veículo seguiria nos próximos anos. Enquanto *O Globo* assumiu a versão dos militares, a *Folha* fez ponderações duras em texto opinativo e o *Estadão* problematizou as motivações do governo ao discutir as consequências da censura sofrida.

Palavras-chave: Ato Institucional; AI-5; Jornalismo; Ditadura Militar.

The “Coup inside the Coup” in press? Placement of newspapers at AI-5 publication

Abstract:

The Institutional Act No. 5 (AI-5), decreed on December 13, 1968, represented the maturation of the 1964 coup, effective until 1978. This article evaluates, through the inductive method, how the promulgation of the act, with 12 articles, was published in the publications of December 14, 1968 of the newspapers: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo*. The ways they spread the AI-5 anticipates the paths the each vehicle followed in the years to come. While *O Globo* took over the military's version, *Folha* made hard judgments in an opinionated text and *Estadão* questioned the government's motivations when discussing the consequences of the censorship suffered.

Keywords: Institutional Act; AI-5; Journalism; Military Dictatorship.

¿ El “Golpe dentro del Golpe” en la prensa? Posicionamiento de los periódicos en la divulgación de AI-5

Resumen:

El Acto Institucional Nº 5 AI-5), decretado el 13 de diciembre de 1968, representó la madurez del golpe de 1964, que duró hasta 1978. Este trabajo evalúa, por el método inductivo, cómo la promulgación de la ley, con 12 artículos, fue difundida en las publicaciones del 14 de diciembre de 1968 en los periódicos impresos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* y *O Globo*. Las formas de divulgación del AI-5 anticipan los caminos que tomaría cada vehículo en los próximos años. Mientras *O Globo* se hacía cargo de la versión militar, *Folha* hizo duras consideraciones en un texto con opiniones y *Estadão* problematizó las motivaciones del gobierno al discutir las consecuencias de la censura sufrida.

Palabras clave: Acto Institucional; AI-5; Periodismo; Dictadura militar.

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 12º Encontro Nacional de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), realizado entre 19 e 21 de junho de 2019 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal (RN).

2 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor de Jornalismo e coordenador do MÍDI-Laboratório de Mídias Digitais e Internet na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). *E-mail:* allyssonviana@unir.br





Introdução

O Golpe de 1964³ começou a ser articulado meticulosamente desde 1961, com a grande mídia apoiando os conservadores na preparação de um ambiente favorável para isso, quando acusou o presidente João Goulart de deixar o país em uma crise econômica e política e de planejar o fim da democracia com um golpe comunista iminente. Quando o golpe aconteceu, os meios de comunicação já haviam desenvolvido um clima no qual a deposição do presidente era não só inevitável, mas necessária (KOSHIYAMA, 1988; DELGADO, 2010; FERREIRA, 2003; FERREIRA; GOMES, 2014; MACHADO, 2014; REIS, 2014; RIDENTI, 2014).

A ruptura representou uma união de forças de militares, políticos brasileiros e estadunidenses, empresários, igreja Católica, grande mídia, proprietários rurais e demais setores conservadores da sociedade. O desejo pela deposição de João Goulart não implicava exatamente em apoio ao governo dos militares, como pôde ser observado depois, com políticos e jornais que contribuíram para o golpe sofrendo cassações e sanções diretas. Para Fico (2005), foram dois acontecimentos distintos, ainda que contínuos, pois houve um processo para o golpe se transformar em uma ditadura.

A ditadura militar brasileira promulgou 17 Atos Institucionais, sendo o primeiro produzido ainda pela Junta Militar e com o quinto se constituindo como o mais rígido, produzido por Arthur da Costa e Silva (FICO, 2005). Em setembro de 1968, o deputado pelo estado da Guanabara Márcio Moreira Alves (MDB) – jornalista que inicialmente apoiou o golpe, mas que se opôs rapidamente à ditadura e aos atos autoritários – pediu para a população não participar dos festejos da Independência do Brasil e para as mulheres não se relacionarem com militares. No mesmo período, o deputado pelo estado da Guanabara Hermano Alves (MDB) escreveu artigos contra a ditadura no *Correio da Manhã*. Embora tenha trabalhado e contribuído com a fundação da *Tribuna da Imprensa*, ao lado de Carlos Lacerda – jornalista e político de direita, opositor frontal de João Goulart –, Hermano Alves se opôs ao golpe e à ditadura militar até ser exilado do Brasil (MACHADO, 2014).

3 Aqui, não adotamos as expressões golpe militar (FICO, 2004, 2005), golpe civil-militar (DIAS, L. A., 2014a, 2014b; FERREIRA, 2003) ou golpe midiático-civil-militar (MACHADO, 2014) por entendermos que não caberia uma reflexão mais aprofundada acerca de cada uma, sobretudo por entender o golpe e a ditadura como momentos distintos, com apoios e suportes de instâncias diferentes realizados ao longo do tempo e de modo não homogêneo (MARTINS, 2020).





Esses pronunciamentos foram considerados o estopim para a sequência de manifestações contra o governo dos militares, sobretudo porque a Câmara dos Deputados não instaurou um processo contra Moreira Alves. O ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, redigiu o AI-5, aprovado e assinado, entre outros, pelo presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. Nessa data, o Congresso Nacional entrou em recesso, reabrindo apenas em outubro de 1969 para referendar a escolha do novo presidente, Emílio Garrastazu Médici (GASPARI, 2002). O AI-5 vigorou até 1978, quando Ernesto Geisel acabou com o ato que enrijeceu ainda mais o regime autoritário e tornou os outros, ao menos até o AI-11, com pouca expressão. Era o início do lento, gradual e controlado processo de abertura política.

O Golpe dentro do Golpe se tornou tão rígido que Gaspari (2002) disse que se instaurou uma ditadura, a ditadura do AI-5, e, com ela, o mais longo período ditatorial do Brasil. Essa perspectiva interpretativa, aparentemente, pode amenizar o ato da deposição de Goulart e a ação dos militares e demais golpistas em 1964, pela radicalização, endurecimento e enrijecimento das cassações, prisões, exílios, torturas, desaparecimentos, assassinatos, dentre outras violações contra os direitos humanos que ficaram marcadas como representativas das mais de duas décadas da ditadura militar. Em 1968, a censura aos jornais também ocorria, inclusive, com censores nas redações. Longe de ser um golpe dentro do golpe por causa do ativismo dos grupos de esquerda, o AI-5 representou o endurecimento do processo que se desenrolava desde a deposição do presidente.

O ato colocava o governo militar em defesa, como se os dirigentes apenas reagissem às ações dos grupos de esquerda, tornando, segundo o próprio texto do AI-5, “imperiosa a adoção de medidas” e os “obrigando [...] a adotarem as providências necessárias”, com intuito de prezar pelo “interesse nacional” e de defender a continuidade da “Revolução” e do “Movimento de março de 1964” (BRASIL, 1968, sp.). Afinal, existiam “atos nitidamente subversivos” e “fatos perturbadores da ordem”, que partiam de variados “setores políticos e culturais” associados à esquerda. A intenção era permanecer dentro da legalidade do “sistema jurídico e político”, a fim de assegurar a “ordem democrática” pela garantia da “liberdade”, do “respeito à dignidade da pessoa humana”, sempre combatendo a corrupção e o “fantasma” do comunismo, ou, como definiram, as “ideologias contrárias às tradições de nosso povo” (BRASIL, 1968, sp.). Os trechos supracitados *ipsis litteris* do AI-5 representam o espírito da época, ao menos da narrativa dos militares que o publicaram. Nesse sentido, “durante a





reunião (na qual Costa e Silva apresentou o texto do AI-5), falou-se dezenove vezes nas virtudes da democracia, e treze vezes pronunciou-se pejorativamente a palavra ditadura” (GASPARI, 2002, p. 345).

Em seus 12 artigos, o AI-5 permitiu ao presidente: (1) decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, legislando em seu lugar; (2) intervir nos estados e municípios; (3) suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos; (4) cassar mandatos políticos em níveis federais, estaduais e municipais; (5) restringir demais direitos, públicos ou privados; (6) confiscar bens por enriquecimento ilícito de cargo ou função pública; (7) suspender *habeas corpus* em casos de crimes políticos e contra a segurança nacional. A censura prévia se tornou corriqueira em produções artísticas, culturais e midiáticas, com censores militares da ativa e da reserva, que usavam o perigo do comunismo não apenas para continuar no poder, mas para enrijecer a ditadura (FICO, 2005; GASPARI, 2002).

O objetivo desta pesquisa foi investigar de que modo a proclamação do AI-5 foi divulgada pela imprensa da época, quanto a todos os rígidos 12 artigos. Para isso, foram selecionadas as publicações de 14 de dezembro de 1968, um dia após a promulgação do ato institucional, nos três dos maiores jornais impressos da época. Os diários são de grupos e famílias que ainda comandam o jornalismo impresso no país, os grupos Estado, Folha e Globo. Aqui, não se trata de avaliar a atuação desses veículos, mas evidenciar o posicionamento na divulgação efetiva do AI-5, realizada um dia após sua promulgação, verificando se as marcas nessas produções já revelavam a atuação desses jornais e grupos nos próximos anos, em relação à ditadura militar.

Para isso, foi utilizado o método indutivo, acompanhado de uma interpretação contextual, em uma perspectiva que considera o embate das narrativas históricas (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008a, 2008b; MARTINS, 2020). O desenvolvimento ainda embrionário da metodologia se vale de mecanismos de observação e descrição de maneira pouco organizada e sistematizada, sem roteiros pré-programados ou semiestruturados. Ainda assim, a intenção é não tornar a discussão rígida, mas delinear possíveis caminhos a partir do método indutivo, com foco na análise textual e visual, em especial do material fotográfico, das matérias veiculadas pelos jornais impressos.





Folha de S. Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* apoiou o golpe de 1964 e reforçou a colaboração com os militares imediatamente após a promulgação do AI-5, com a demissão de diversos jornalistas, sendo um dos principais movimentos para o veículo praticamente não sofrer censuras e sanções da ditadura. O grupo ainda ficou marcado pelas suas caminhonetes incendiadas em 1971, por terem sido emprestadas aos militares para carregarem civis e militantes para a prisão, onde eram interrogados, torturados e assassinados. O proprietário, Otávio Frias de Oliveira, em 22 de setembro de 1971, defendeu a ditadura, sete anos após sua imposição, e assumiu uma postura de negação em relação à existência de torturas, assassinatos e prisões políticas (FOLHA DE S. PAULO, s./d.). Do golpe de 1964 até a primeira efeméride de seus 10 anos, o jornal servia praticamente como assessoria do governo, ao divulgar somente o discurso oficial (DIAS, A. B., 2015). Foi apenas a partir das lembranças do golpe em 1984, quando se colocava como o “jornal das diretas”, “apartidário”, “independente”, “plural” e “porta-voz dos anseios da sociedade”, com uma ditadura já em seus últimos momentos, que o veículo passou a combater a versão da “revolução democrática”, “manifestação” e “movimento” de 1964.

Em editorial de 17 de fevereiro de 2009, ao atacar o governo de Hugo Chávez na Venezuela, disse que o Brasil passou por uma “ditabranda” por ter vivenciado só disputas políticas, com acesso à Justiça, de 1964 até 1985. A reação de intelectuais e militantes fez com que o jornal admitisse o erro 20 dias depois, em 8 de março, com pronunciamento até do proprietário e diretor do veículo, Otávio Frias Filho. Segundo André Bonsanto Dias (2014), o caso reabriu o debate em torno do apoio da mídia à ditadura militar, quando o grupo serviu como porta-voz; até então, o golpe de 1964 era citado pelo jornal somente nas efemérides.

O AI-5 foi divulgado pelo jornal em três páginas, além da manchete na capa, que dizia “Governo baixa novo ato”, sob o antetítulo “Decretado o recesso do Congresso Nacional”, não apenas informando sobre o ato, mas apresentando a principal resolução (Figura 1). Abaixo de ambos, e acima da foto do presidente Costa e Silva na Escola Naval na manhã daquele dia, uma pequena nota informava que o ministro da Justiça, Gama e Silva, anunciou o AI-5 às 23 horas, seguido de Ato Complementar.





Figura 1 – Capa da *Folha de S. Paulo* sobre o AI-5

FOLHA DE S. PAULO

ANO XLVIII UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL SÃO PAULO, SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO DE 1968 Nº 14.026

Ass. e Ed. R. Baía de Ilhéus, 475

Decretado o recesso do Congresso Nacional

GOVERNO BAIXA NOVO ATO

O ministro da Justiça, tr. Gama e Silva, anunciou ontem, cerca das 23 horas, duas medidas adotadas pelo governo da República, consubstanciadas no Ato Institucional nº 5, que entrou em vigor ontem mesmo, e o Ato Complementar, decorrente do Institucional, que decretou o recesso do Congresso. O Ato Complementar não estipulou o prazo do recesso.

Retes marítimos: Brasil terá mais ISS 200 milhões

Retes marítimos proporcionados pelos navios brasileiros diário ao país uma receita anual de US\$ 200 milhões, e o mesmo valor do presidente do Sindicato dos Armadores de Retes. Esta receita é que, feita vezes a que aos brasileiros obtêm há meses de data e representa o acerto da nova contabilidade a ser posta em prática pela Comissão de Mar e Mercante.

Pag. 13

AID emprestará US\$77 milhões a projetos nacionais

Brevemente serão assinados os contratos de financiamento concedidos pela AID a projetos brasileiros de desenvolvimento, no montante de US\$ 77,2 milhões. O subsecretário de cooperação econômica e técnica internacional do Ministério do Planejamento, sr. Sérgio Bialli, esclareceu que esses contratos se integram num programa intensivo de financiamento de projetos internacionais do Brasil.

Pag. 12

Faria Lima dá início oficial às obras do Metrô

Sua de pombas, chave de papelão pincelada e de cerimônia estão previstas para o início oficial das obras do Metrô de São Paulo, hoje, às 10 h, na altura do número 150 da avenida Jansburg. Depois de assinar o contrato das obras, Faria Lima anunciou a tarefa que deverá ser feita nos próximos 7 e 8 da linha norte do Metrô, que deverá estar pronta dentro de seis meses.

Pag. 18

Hoje no Maracanã o jogo do Brasil com a Alemanha

As seleções do futebol do Brasil e da Alemanha Ocidental jogam hoje à noite (21h15) no Maracanã, com transmissão em direto para São Paulo. Os jogadores brasileiros testaram ontem cedo, à tarde, o equipamento a ser usado no jogo, que será às 21 horas, pela Ponte Aérea. Almirante de Faria Lima, governador do Estado, estará presente, assim como o governador de São Paulo, Eduardo Gerson e Rivelino, Eda, Tostão, Pelé e Paulo César.

Reportagem

O governador Gama e Silva chegou ao Estádio Maracanã, para presenciar o lançamento das obras guardas-marinhas. Pag. 8

DET interdita 2.a-feira pista da av. Rebouças

Por de segunda-feira, a pista cicloviária da Avenida Rebouças será interditada, entre a rua Lucas de Carvalho e a rua Clemente Pereira. Os veículos com destino ao bairro utilizarão a pista contrária. Os automóveis com destino ao Rio e av. Paulista utilizarão a Condição, que é sentido bairro-cidade, a partir da avenida Almeida.

Pag. 11

Sodré autoriza meio expediente nos dias 24 e 31

Como nos anos anteriores, os funcionários públicos estaduais vão trabalhar em regime de meio expediente, em locais de repouso do Estado, nos dias 24 e 31 de dezembro. Com esta finalidade, o governador de São Paulo, sr. Eduardo Gerson, autoriza o funcionamento do expediente especial nos repartições públicas, nos próximos dias 24 e 31, no horário das 9 às 15h30.

Uma missa campal foi feita à noite de Natal oferecida pelo Assembleia em favor de seus funcionários. Pag. 9

Vietcong pode atacar de novo em Saigon

O governo sul-vietnamita anunciou ontem que seria iniciada a nova ofensiva de Vietcong contra os Estados Unidos. Os vietnamitas afirmaram que a ofensiva seria iniciada em uma série de operações no norte do país, que incluem a captura de mais de 100 aldeias. Em Paris, a av. Thi Binh, do exército dos Estados Unidos, anunciou que não há motivo para negociações.

Pag. 2

STM vai julgar na 4.a-feira "habeas" para os religiosos

Somente na quarta-feira o Superior Tribunal Militar vai julgar o "habeas corpus" impetrado em favor dos quatro religiosos presos em Belo Horizonte. E nos dias seguintes, segundo informações, no Rio, a relatoria do pedido, ministro Rivaldo Costa Leite, de que a 4ª Região Militar envie, até segunda-feira, as informações que lhe foram solicitadas.

Pag. 6

Bom para passeios hoje o tempo vai ajudar o fim da semana do paulista. Vai fazer calor e não é certo que chova, dizem os meteorologistas.

PREVISÃO DE TEMPERATURAS
São Paulo: Máx. 24°C, mín. 18°C
Rio de Janeiro: Máx. 26°C, mín. 19°C
Belo Horizonte: Máx. 25°C, mín. 18°C
Brasília: Máx. 23°C, mín. 16°C
Porto Alegre: Máx. 21°C, mín. 14°C
Recife: Máx. 24°C, mín. 17°C
Salvador: Máx. 25°C, mín. 18°C
Fortaleza: Máx. 26°C, mín. 19°C
Cuiabá: Máx. 24°C, mín. 17°C
Goiânia: Máx. 25°C, mín. 18°C
Manaus: Máx. 26°C, mín. 19°C
Boa Vista: Máx. 27°C, mín. 20°C
Belém: Máx. 28°C, mín. 21°C
Macapá: Máx. 29°C, mín. 22°C
Araguari: Máx. 24°C, mín. 17°C
Uberlândia: Máx. 25°C, mín. 18°C
Juiz de Fora: Máx. 26°C, mín. 19°C
Belo Horizonte: Máx. 27°C, mín. 20°C
Rio de Janeiro: Máx. 28°C, mín. 21°C
Brasília: Máx. 29°C, mín. 22°C
Porto Alegre: Máx. 30°C, mín. 23°C
Recife: Máx. 31°C, mín. 24°C
Salvador: Máx. 32°C, mín. 25°C
Fortaleza: Máx. 33°C, mín. 26°C
Cuiabá: Máx. 34°C, mín. 27°C
Goiânia: Máx. 35°C, mín. 28°C
Manaus: Máx. 36°C, mín. 29°C
Boa Vista: Máx. 37°C, mín. 30°C
Belém: Máx. 38°C, mín. 31°C
Macapá: Máx. 39°C, mín. 32°C

Morreu a "Rasputin" da Holanda

Os holandeses se livraram do seu "Rasputin" de seis. Greta Hofmann, a quem se atribuíam poderes de "milagre", conseguiu os graças do rei João Juliana e passou a frequentar o palácio real. Sua missão era curar uma príncipal cega. Mas o que ela conseguiu foi colocar em perigo o casamento da rainha e o seu reinado.

Assuntos	Diversos
EXTERIOR	2
POLÍTICA	3 5 6
NACIONAL	8
LOCAL	10 11
ECONOMIA	12 13
ESPORTE	15 16
TURFE	14 15

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 14 de dezembro de 1968, p. 1.

Na página 4 do 1º caderno, o editorial “Horas difíceis” expõe a opinião do veículo de que a normalidade no país fora “infelizmente interrompida” com as “medidas de exceção”, que não deveriam mais ser cogitadas com a Constituição atual. O texto é direto, ao dizer que “deve-se lamentar” essa “interrupção do processo democrático”, mesmo com “as razões” e os “fortíssimos motivos” do presidente, que já demonstrara não ter interesse em se afastar da legalidade, não lhe restando “alternativa senão a que tristemente se consuma”. O editorial continua ao colocar que as crises “fomentadas por agitadores” se juntaram ao caso de Márcio Moreira Alves, culminando na promulgação das medidas, embora fosse “preferível que o governo absorvesse com naturalidade a derrota parlamentar”, mas não se deve “lamentar o



que poderia ter sido – e não foi”, então, só poderiam desejar que a ação fosse “passageira”.

Com exceção de Gama e Silva e do presidente, até o meio da tarde, o jornal informa que ninguém imaginava o que aconteceria no final do dia 13 de dezembro de 1968. O texto “Um dia diferente no Palácio das Laranjeiras” revela que o local não teve muita movimentação, com a vigilância maior do que o normal e os jornalistas confinados em suas salas até 13h, quando não puderam retornar do almoço. Ao final da tarde, com políticos e jornalistas à frente do Palácio, o senador pelo Rio Grande do Norte Dinarte Mariz (UDN) revelou que estava preocupado com os estudantes, quando um repórter disse que ele seria o único cassado, pois o ato era certo. Às 17h, eram confirmadas as informações sobre a promulgação de um novo ato.

A reportagem principal sobre o AI-5, “O presidente reúne seus ministros para a decisão”, narra o dia 13 de dezembro, com as reuniões para definirem uma posição contra a Câmara dos Deputados, pelo caso do deputado Mário Moreira Alves. O presidente Costa e Silva propôs, segundo a matéria, a publicação de um novo ato, com as medidas que apresentou integralmente durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional, no início da noite, após uma tarde com o ministro da Justiça, Gama e Silva, e os três ministros militares: Lira Tavares, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha; Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica. Todos foram aconselhados a não realizarem contatos com a “imprensa”, com a entrada e saída pelo jardim do Palácio da Laranjeiras, onde “os jornalistas não têm acesso”, ainda de acordo com o jornal.

A reportagem é extremamente descritiva, não somente sobre as reuniões do dia da divulgação do ato, mas também sobre os acontecimentos da data anterior, conforme trechos que reproduzimos abaixo. O intertítulo conta, “em ordem cronológica”, “Os fatos, de momento a momento”, a partir da “quinta-feira à tarde” e terminando “sexta-feira cedo”, ao enfatizar, sobretudo, a relação da imprensa com os representantes do governo, que se esquivaram durante todo o dia, pois não estavam “autorizados”. Antes do decreto do AI-5, as guarnições do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estavam em prontidão, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com a manhã daquele dia sem nenhuma confirmação “nas áreas bem informadas” sobre a “existência de um Ato Institucional”. À tarde, os jornalistas foram impedidos de retornar ao Palácio das Laranjeiras, quando chegaram diversos ministros “com diferença de 5 minutos” cada um, porém, só no final da tarde todos se reuniram.





O Estado de S. Paulo

A participação de *O Estado de S. Paulo*, segundo Machado (2014), estaria em qualquer antologia universal produzida pelo jornalismo com caráter de “infâmia”, “ridículo” ou “patético”, pois cotidianamente evidenciava como o país poderia melhorar somente com João Goulart afastado e como eles fariam de tudo para isso acontecer; ajudariam da melhor maneira possível para evitar que se consumasse toda a ameaça que o presidente encarnava. Ainda segundo o autor, o golpe simbolizava o otimismo e a confiança no futuro para o mundo inteiro, uma vez que 1964 representava de fato o fim de uma ditadura e não 1945, em referência ao Estado Novo proclamado por Getúlio Vargas, padrinho político de Jango.

O veículo justificava que João Goulart não tinha autoridade suficiente para comandar o país e que a intervenção militar seria transitória. O jornal acusou, em 1967, a ditadura militar de censura, ao comentar a morte do ex-presidente Castello Branco. Tornou-se, novamente, oposição à ditadura que ajudou a instalar. A postura editorial levou o regime autoritário a realizar, em 13 de dezembro de 1968, o impedimento da circulação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, ambos do mesmo Grupo Estado. Na ocasião, os militares se desagradaram do editorial “Instituições em frangalhos”, escrito pelo proprietário, Júlio de Mesquita Filho. Os dois veículos ficaram conhecidos por utilizar páginas em branco, poemas de Luís de Camões e receitas culinárias para substituir as publicações proibidas e demonstrar aos leitores que os conteúdos tinham sido censurados.

Na edição analisada, o jornal destinou uma página à censura sofrida no dia anterior e três ao AI-5 (toda a coluna direita na capa, um editorial com três colunas e uma página na íntegra). A manchete da capa explica uma das consequências da ação: “Novo ato; Congresso em recesso”, acima de uma foto em que os deputados estão reunidos para “ouvir a leitura do Ato” (Figura 2). As demais chamadas seguem a mesma vertente, como “Cassação de mandatos” e “As detenções”, além de “‘Estado’ é apreendido”, “Apreensão dos jornais é censura pela ABI” e “Contra a autocensura”, sobre a censura aos veículos do Grupo Estado no dia anterior, ou seja, na manhã do decreto. Esse assunto, com predominância na capa, ainda foi desenvolvido em toda a página 5 da edição.





“incidente com o jornal ‘*O Estado de S. Paulo*’”, quando o grupo foi impedido de circular a edição devido ao editorial “Instituições em frangalhos” e censores se instalaram na redação. Enquanto o coronel José Garbogini, chefe das relações-públicas do II Exército, disse que não foi consultado sobre a retenção dos jornais, algo que não teria permitido, o general Silvio de Andrade assumiu completamente a responsabilidade pela apreensão, pois não queria que os ânimos fossem acirrados com o editorial. Ainda na capa, existe uma entrevista com o proprietário, Júlio de Mesquita Neto, que revela uma conversa com o general Andrade, de quem ouvira que só poderiam circular sem o editorial e a quem respondera que os leitores saberiam do ocorrido. De acordo com outra matéria, “Apreensão dos jornais é censurada pela ABI”, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Danton Jobim, condenou a apreensão e as censuras prévias contra os diversos veículos como “ato de violência injustificável” e “flagrante desrespeito à Constituição”, pois não havia nada de subversivo ou de perturbador.

Ainda na capa, agora sobre o AI-5, abaixo da manchete “Novo ato; Congresso em recesso”, o jornal explica que Costa e Silva “reinvestiu-se dos poderes excepcionais” para decretar “o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado” e aponta as ações mais rígidas do ato, seguidas da fala de José Bonifácio, presidente da Câmara dos Deputados, para quem o “novo regime” tornava a “missão” do legislativo “encerrada”, não sem justificar a atitude do governo militar. No texto “As detenções”, o veículo destaca que, mesmo antes do conhecimento público do ato, as prisões começaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre deputados e um jornalista. À noite, elas chegaram até o ex-presidente Juscelino Kubitschek e diversos jornalistas. A foto mais abaixo mostra que “fuzileiros interditam”, conforme legenda, a divisa da Guanabara com o Rio de Janeiro.

O artigo opinativo, na página 3, possui, por sua vez, título objetivo e informativo – “O escalão militar acionou a decisão” –, e evidencia que o AI-5 foi uma retaliação à Câmara dos Deputados e aos deputados Djalma Marinho (UDN), pelo Rio Grande do Norte, e, principalmente, Márcio Moreira Alves, e à decisão de *habeas corpus* pelo TSF aos “agitados estudantes”. O processo predecessor à promulgação do ato foi descrito detalhadamente, ao mesmo tempo que transparecem poucas críticas, quando revela: “O Congresso a exigir um período de recesso e cassações em massa, censura rígida à imprensa, rigor no tratamento dos estudantes e vigilância na subversão da Igreja são medidas em caminho ou que já estão sendo deflagradas”, nas palavras do veículo. O jornal afirma ainda que “não haverá lugar para





qualquer presença política”, por causa do recesso no Congresso Nacional e das cassações e suspensões de direitos políticos, endossando a perspectiva do deputado Rafael de Almeida Magalhães (UDN-Guanabara), para quem não aparecia, no governo, uma “voz de bom senso” em perceber “os erros cometidos”.

A página 4, dedicada inteiramente ao AI-5, trouxe o título informativo “Costa baixa o Ato Institucional n.º 5”, explicando as “medidas de exceção” publicadas para garantir a continuidade da “Revolução de março de 1964”, e também o texto original do Ato na íntegra. Uma foto apresentou a movimentação das forças militares de São Paulo, em prontidão para o caso de reações, com tanques “desfilando pelas ruas”, conforme legenda. Acima da fotografia, uma caixa informativa anunciava: “O Congresso já está em recesso [...] por tempo indeterminado”, a partir do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968.

“Fala de Gama e Silva anunciou o novo Ato” é outro título informativo que trouxe entre aspas, exatamente, as palavras do ministro da Justiça sobre os acontecimentos no país após a “Revolução democrática de 31 de março de 64” instaurar um “regime de paz e tranquilidade, de restauração da ordem econômica, política e social”. O texto apresenta como os presidentes Castello Branco e Costa e Silva mantiveram esses “indiscutíveis benefícios”, mesmo com os “movimentos de agitação, de subversão” que geravam “intranquilidade” e comprometiam os anseios dos militares pela manutenção da “ordem política e social”. A matéria traz ainda a justificativa do ministro justifica sobre a instauração do AI-5 exatamente pela ampliação das ações da esquerda, atingindo até o “Parlamento Nacional”, como se não houvesse outro caminho, se não ser mais rígido, afinal, “o governo da República não poderia de forma alguma falhar a seus compromissos e a seus deveres para com a Nação”, mesmo que isso exigisse “grandes sacrifícios”, como a promulgação do ato, tudo para “preservar a Revolução de março de 1964”.

Ao ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, é dedicado um texto informativo, intitulado “Lyra exalta a unidade militar”, com seu pronunciamento entre aspas exaltando os militares, que defenderam, com “sua tolerância, às vezes mal compreendida”, a “bandeira da democracia e da liberdade”, salva com “a Revolução de março”, contra aqueles que continuavam tentando destruir a agora “fortalecida democracia”. Essa saudação é ainda ratificada pelo ministro da Marinha, Augusto Rademaker, no mesmo texto. Ao final da página, com dois parágrafos, falava-se que os “Estudantes não foram libertados”, em intertítulo, mesmo com o Supremo Tribunal Federal concedendo *habeas corpus* aos quatro dirigentes





estudantis presos.

A foto de um carro do Departamento da Polícia Federal estacionado em frente à seção de distribuição do Grupo Estado foi publicada na página 5, dedicada à apreensão dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* no dia da promulgação do AI-5. O primeiro dos quatro textos, intitulado “Lisboa pede colaboração”, noticia que o militar do II Exército, Carvalho Lisboa, reuniu-se com os dirigentes das empresas de rádio e televisão, acompanhado das orientações para a imprensa apoiar e cooperar com a manutenção da “ordem, paz e tranquilidade”. Um recado para que não se colocassem no caminho do governo. O texto “Tensão na Assembléia” expunha o clima antes da promulgação do ato, quando todos os temores se confirmaram, como resposta à defesa do deputado Márcio Moreira Alves, mesmo quando os parlamentares acreditavam que o presidente se manteria na “legalidade da Constituição”, graças à “independência de poderes inerente ao regime”.

A repercussão da apreensão dos jornais do Grupo Estado, com protestos e pronunciamentos pelo país, foi apresentada no texto “Apreensão dos jornais”, com circulação até nos quartéis do editorial motivador da censura e com moção de aplauso proposta por vereador de Bragança Paulista. Ainda na página 5, a matéria “Impetrada segurança” trouxe, na íntegra, o mandado de segurança apresentado pelo advogado do Grupo Estado, acusando o ministro da Justiça de ferir a Constituição Federal e a Lei de Imprensa, devido à censura da publicação dos jornais. Ao final deste texto, apresentou declaração do deputado Orlando Jurca (MDB-SP), que repudiou o ocorrido: “Infeliz da Nação quando os detentores do poder investem contra a imprensa”, que possui um “sacrossanto” trabalho social; acrescentou ainda que, embora os jornais errem em algumas apreciações, eles nunca devem ser silenciados “coercitivamente pela força”.

O Globo

O jornal *O Globo* foi um dos entusiastas do golpe de 1964, com o argumento de que levaria o país a uma verdadeira democracia, a um retorno à legalidade que estava sendo perdida com as ameaças comunistas do presidente e seus apoiadores (BRITTOS; BOLAÑO, 2005). A retratação do jornal veio quase 50 anos depois, em 30 de agosto de 2013, mesmo que tentem justificar em alguns momentos a posição que escolheram à época, de apoio ao golpe. A revolução passa a se chamar golpe, e o editorial de reparação evidencia isso como um avanço que demorou cinco décadas, ainda que expusessem Roberto Marinho, proprietário do Grupo





A página 10, inteiramente destinada a abordar algumas facetas do AI-5, foi subdividida em cinco partes: as resoluções e consequências do AI-5; a declaração de fechamento do congresso; a última sessão da Câmara; o caso do deputado Márcio Moreira Alves; e as não explicações dos militares à imprensa. A matéria principal da página, “Gama e Silva: Ato institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime”, evidenciou como o jornal assumia o discurso oficial do governo como seu. O texto descreve o pronunciamento do ministro da Justiça para as emissoras de rádio, via Agência Nacional, enfatizando o objetivo e sucesso da promulgação do ato pela manutenção da ordem democrática e da tranquilidade. Seguindo o teor oficial do documento, o ministro apontou o AI-5 como uma reação aos “diversos setores subversivos”, que usaram “foças [sic] adversas” para criar “agitação” e “intranquilidade pública”, atingindo o Congresso Nacional e generalizando a corrupção. Ainda segundo o texto, como muitos não “compreenderam a Revolução”, o governo não podia “falhar em seus propósitos”, em cumprir a missão do “Movimento de março de 1964”. Essa defesa precedeu a publicação, na íntegra, do texto com os artigos do AI-5 e a informação do jornal de que tudo havia sido transmitido por “duas câmeras da TV GLOBO”.

Depois de relatar os primeiros pronunciamentos sobre o ato, seguiu-se a descrição do trâmite anterior à edição, com ênfase agora em como foi o dia do presidente da República, Costa e Silva, no Palácio das Laranjeiras, das reuniões pela manhã até a última da noite, com o Conselho de Segurança Nacional, que começou às 18h30 e terminou às 21h55. Nesse diário do presidente, informou-se que o vice, Pedro Aleixo, fora o único a não se pronunciar favorável às medidas propostas, e que 25 minutos após o encontro para discussão a respeito do AI-5, o ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares, já providenciava tudo em seu gabinete.

O texto intitulado “Câmara teve última sessão já em clima de nervosismo” explica como aconteceu o plenário após a negativa de processar Moreira Alves, com os parlamentares “completamente desinformados” sobre os próximos acontecimentos, tanto que uma sessão ordinária foi marcada para dois dias depois, na segunda-feira. A produção ao lado da anterior apresentou o que aconteceu no dia seguinte, às 19h35, quando “José Bonifácio declara fechado o Congresso por fato consumado”, título dado à matéria, que afirmava que o presidente da Câmara seguiu o decreto do governo, segundo o qual qualquer reunião não autorizada no parlamento seria considerada “ajuntamento”. O texto continua com os passos do deputado Geraldo Freire (ARENA-MG) e do senador Eurico Resende (ARENA-ES), líderes





nas casas parlamentares. Depreende-se do texto, como consequência do fechamento do Congresso Nacional, que os parlamentares começaram a receber apenas o salário fixo, sem adicionais e subsídios.

O caso do deputado Moreira Alves voltou ao debate, no texto “Negar a licença foi a última ação da classe parlamentar”, quando “esgotou-se a capacidade de ação da classe política”, que tinha “plena consciência” de prever a retaliação que se seguiria. O partido da “Revolução”, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), apoiou as novas medidas, mesmo que delas não tenha participado ou até discordasse, enquanto a “Oposição”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dividiu-se entre os que lamentavam e os que comemoravam, pois “quanto pior, melhor [para os seus objetivos]”. Por fim, o texto intitulado “Comandante da 5ª Região nega-se a receber imprensa” se refere ao fato do militar José Campos de Aragão não se pronunciar sobre o caso de Moreira Alves e obrigar que os subordinados permanecessem silenciados.

Considerações finais

Os grandes grupos midiáticos analisados apoiaram, direta ou indiretamente, o golpe de 1964, preparando, desde meados de 1961, a opinião pública e desenvolvendo um clima favorável para a deposição de João Goulart. Conforme autores supracitados, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* se beneficiaram da ditadura militar que ajudaram a sustentar, em aspectos administrativos, financeiros e até de legitimidade. É verdade que somente *O Globo* chegou até o final do governo dos militares ao lado das Forças Armadas, ainda que a *Folha de S. Paulo* tenha se colocado a favor da democracia apenas no início da década de 1980, quando já existia uma insatisfação social generalizada contra a ditadura, sobretudo com o ensejo de um movimento de retorno à democracia que culminou no movimento das Diretas Já. *O Estado de S. Paulo*, dos veículos investigados, sofreu mais censuras e sanções durante o regime dos militares, mesmo que tenha sido um dos principais colaboradores e fomentadores do golpe de 1964.

Pode-se dizer, por conseguinte, que o *Estadão* se prostrou como oposição logo após o golpe; a *Folha* reforçou seu apoio depois do AI-5, que diminuiu somente no início da década de 1980, quando a ditadura já estava acabada; e *O Globo* apoiou até o final do governo militar, com o seu proprietário lamentando em 1984 o iminente desmanche da ditadura, instaurada pelo que chamara por muitos anos de “revolução de 1964”. Os totais poderes do





presidente com o AI-5 culminaram no recesso por tempo indeterminado do Congresso Nacional e na censura rotineira, prévia e sistemática aos meios de comunicação e aos produtos culturais. O governo justificou o enrijecimento, novamente, como uma iminente ameaça comunista, infiltrada entre os parlamentares e os jornalistas. Desse modo, seguindo autores citados anteriormente, o ato e suas resoluções endureceram ainda mais “os anos de chumbo” – instaurando de fato a ditadura, como uns defendem – com reflexos diretos na produção jornalística, uma vez que a imprensa conviveu até a década seguinte com a censura e demais sanções das Forças Armadas.

A análise permite observar que os três maiores jornais impressos do país, com a promulgação do AI-5, colocaram-se, de maneira distinta, como porta-vozes dos militares e dos demais golpistas. Os veículos dedicaram parte da capa e ao menos uma página interna na íntegra para divulgar as medidas do governo, majoritariamente com títulos e textos informativos e objetivos, sem outras perspectivas e problematizações.

O Globo assumiu caráter informativo, apontando a situação e as causas que culminaram no decreto, enquanto o *Estadão* também adotou essa perspectiva informativa, embora problematizasse as resoluções do ato e as censuras aos jornais do grupo. A *Folha* prezou pela descrição do clima na data anterior e no dia da promulgação, com algumas críticas às medidas. Os três jornais, todavia, explicaram que a imprensa foi mantida longe dos políticos – pois esses acessaram o Palácio das Laranjeiras pelas portas laterais –, que a principal resolução fechava o Congresso Nacional e que o ministro da Justiça, Gama e Silva, era um dos principais estimuladores do AI-5, tanto ou mais que o presidente Costa e Silva, que apareceu, nos veículos paulistas, como um homem que prezava pela “legalidade da Constituição”, mas que estava “forçado” por “fortíssimos motivos” a adotar aquelas medidas.

A versão oficial dos militares aparece na maior parte dos textos avaliados e em espaços mais valorizados dos jornais, como em títulos e nas partes superiores das páginas. Essa exaltação ao regime e ao AI-5 esteve sobretudo nas fontes oficiais, as mais ouvidas e citadas. Os discursos dos militares foram colocados na íntegra, *ipsis litteris*, em *O Globo* e no *Estadão*, e parafraseados, na *Folha*. Todos servem como porta-vozes dos militares, com *O Globo* e *Estadão* enfatizando que as “medidas de exceção” pretendiam defender, garantir e preservar a “revolução democrática” de “março de 1964” e seus “indiscutíveis benefícios”, como a manutenção da “ordem democrática”, do “regime de paz e tranquilidade” contra os “movimentos de agitação, de subversão” e de “intranquilidade pública”, advindos de





“diversos setores subversivos”, conforme trechos reproduzidos das publicações.

Os jornais paulistas, ainda assim, fazem críticas, especialmente – mas não somente – em textos opinativos, com o *Estadão* citando o governo militar, de maneira mais ampla, e a *Folha* ponderando as resoluções decretadas ao final do dia 13 de dezembro de 1968. Para a *Folha*, “deve-se lamentar” que foi “infelizmente interrompida a democracia” e a normalidade no país com essas “medidas de exceção”, enquanto o *Estadão* primeiro apresentou, como consequências negativas, cassações generalizadas, fechamento do Congresso Nacional, rigidez com estudantes e censura à imprensa, salientando ainda que a apreensão dos jornais já existia e se constituía como um “ato de violência injustificável” e um “flagrante desrespeito à Constituição”, e que tudo pioraria com o AI-5.

O modo como os veículos divulgaram o ato institucional antecipa, portanto, os caminhos que cada um seguiria nos anos seguintes (BRITTOS; BOLAÑO 2005; MATTOS, 2005; DIAS, L. A., 2014; MACHADO, 2014). Enquanto *O Globo* assumiu completamente a versão oficial, endossando o discurso dos militares, a *Folha* fez ponderações duras em texto opinativo e o *Estadão* problematizou as motivações do governo ao discutir as consequências das medidas devido à censura sofrida.

Referências

BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. Introduction. **Hermès**, CNRS, France, v. 3, n. 52, p. 13-22, 2008a. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2008-3-page-13.htm>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires: la France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques**. Paris: La Découverte, 2008b.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

BRITTOS, Valério; BOLAÑO, Ricardo (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/CHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2023.





DIAS, André Bonsanto. Herzog re(a)presentado: notas sobre memória, narrativa e “acontecência”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 24., Brasília, 2015. **Anais [...]**, Brasília, COMPÓS, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/13211644/Herzog_re_a_presentado_notas_sobre_mem%C3%B3ria_a_narrativa_e_acontec%C3%Aancia_. Acesso em: 07 mar. 2023.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória**. Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DIAS, Luiz Antonio. O golpe impresso: análise da participação dos jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo no golpe civil-militar de 1964. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 22., 2014, Santos. **Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH**, Santos-SP, 2014a. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405700326_ARQUIVO_ANPUH2014_LuizAntonioDias.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

DIAS, Luiz Antonio. Vozes dissonantes: análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas do Ibope no golpe civil-militar de 1964. **Verinotio**, ano 9, n. 17, p. 63-72, abr. 2014b. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.9017047937044.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgTjvSjLYMLN/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Conheça o Grupo Folha**, s./d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 08 abr. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Governo baixa novo ato. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 1.

FOLHA DE S. PAULO. Horas difíceis. Editorial. São Paulo, 14 dez. 1968, 1º Caderno, p. 4.

FOLHA DE S. PAULO. Um dia diferente no Palácio das Laranjeiras. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4.

FOLHA DE S. PAULO. O presidente reúne seus ministros para a decisão. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4.



GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. O jornalismo e o golpe de 1964. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom)**, São Paulo, v. 11, n. 59, p. 65-71, 1988. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1382>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MACHADO, Juremir. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MARTINS, Allysson. **Jornalismo e guerras de memórias nos 50 anos do golpe de 1964**. Porto Velho: EDUFRO, 2020.

MATTOS, Sérgio. As Organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, Ricardo (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 267-286.

O ESTADO DE S. PAULO. “Estado” é apreendido. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO. Entrevista. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO. Apreensão dos jornais é censurada pela ABI. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO. Novo ato; Congresso em recesso. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO. As detenções. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO. O escalão militar acionou a decisão. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 3.

O ESTADO DE S. PAULO. Costa baixa o Ato Institucional n.º 5. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4.

O ESTADO DE S. PAULO. Fala de Gama e Silva anunciou o novo Ato. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4.

O ESTADO DE S. PAULO. Lyra exalta a unidade militar. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4.

O ESTADO DE S. PAULO. Estudantes não foram libertados. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4.

O ESTADO DE S. PAULO. Lisboa pede colaboração. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 5.

O ESTADO DE S. PAULO. Tensão na Assembléia. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 5.

O ESTADO DE S. PAULO. Apreensão dos jornais. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 5.

O ESTADO DE S. PAULO. Impetrada segurança. São Paulo, 14 dez. 1968, p. 5.

O GLOBO. Editado o AI-5. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 1.





O GLOBO. Gama e Silva: Ato institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 10.

O GLOBO. Câmara teve última sessão já em clima de nervosismo. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 10.

O GLOBO. José Bonifácio declara fechado o Congresso por fato consumado. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 10.

O GLOBO. Negar a licença foi a última ação da classe parlamentar. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 10.

O GLOBO. Comandante da 5ª Região nega-se a receber imprensa. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968, p. 10.

REIS, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In*: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 7-17.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 18-28.

Submetido em: 01.11.2021

Aprovado em: 18.12.2022

